

O Instituto da Posse ao Longo do Século XX: o Processo do Palácio Guanabara

Aline Vieira Malanovicz

Introdução: O Direito Civil reflete as mudanças e evoluções da sociedade no que se refere às relações entre as pessoas e aos conflitos delas decorrentes. No Brasil, o período de tempo desde a passagem do fim do século XIX até os dias atuais do século XXI apresenta modificações históricas, políticas, sociais e culturais das mais diversas. Sendo assim, também apresenta modificações na esfera jurídica. Exemplos disso podem ser encontrados no ordenamento civil do direito material (sem falar no processual), que passou por pelo menos três momentos diferentes: antes de 1916, desde 1916 até 2002, e depois de 2002.

Nesse contexto, o processo judicial mais longo da história brasileira foi o que decidiu sobre a posse do Palácio Guanabara, antiga sede do governo monárquico e hoje sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. Entende-se que a análise desse processo específico oferece um corte longitudinal de expressivo interesse para o estudo da evolução histórica do instituto da posse.

Objetivo: analisar a evolução histórica do instituto da posse no século XX com foco em seus efeitos no famoso processo judicial de reivindicação de posse do Palácio Guanabara, no RJ.

Questão/Problema de pesquisa: houve uniformidade no entendimento do instituto da posse ao longo do período de andamento desse processo (iniciado em 1889 e encerrado em 2020)?

Método: Pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva, utilizando técnicas de coleta de dados por pesquisa bibliográfica sobre o histórico das teorias da posse, pesquisa jurisprudencial das decisões relativas ao processo, e análise de conjuntura da decisão que concluiu o processo.

Resultados: Resultam caracterizadas as etapas pelas quais passou o referido processo judicial, além de caracterizada a análise de conjuntura de sua conclusão, descritos os entendimentos teórico-doutrinários de diferentes épocas sobre o instituto da posse no ordenamento brasileiro então vigente. Assim, foi possível realizar uma análise da evolução histórica do instituto da posse tendo como foco este famoso processo judicial, demonstrando-se, então, a evolução (não-uniformidade) dos conceitos relacionados ao instituto da posse em longo desse período.

Conclusão: Conclui-se que a escolha deste longo processo como foco para a análise histórica das teorias da posse ofereceu relevantes contribuições para a compreensão do instituto da posse no ordenamento jurídico brasileiro.